

===== **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2012:** *Aos vinte e três dias do mês de Abril do ano dois mil e doze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu extraordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr.ª Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Dr.ª Ana Maria de Jesus Silva e Hélder Martinho Valente Simões.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Coordenadora Técnica Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m.* =====

===== *Não esteve presente na reunião o Vereador **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira** por motivos profissionais, falta essa considerada justificada.* =====

===== **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO** =====

===== **PLANO GLOBAL DE RISCOS ORGANIZACIONAIS DO MUNICÍPIO:** *Presente para aprovação o documento referido em epígrafe, o qual ficará arquivado em pasta anexa ao livro de actas. No uso da palavra o Senhor Presidente disse que todos os dias as organizações enfrentam incertezas, desafios e uma diversidade de riscos, sendo o grande desafio da gestão determinar qual é o nível de incerteza que a organização está preparada para aceitar. Nem todos os riscos apresentam o mesmo nível de importância. A gestão de riscos organizacionais permite aos gestores identificar o perfil de risco, avaliar e gerir os riscos de acordo com as incertezas, focando-se naqueles cujo impacto seja maior, com o objetivo de criar valor para os stakeholders da autarquia. O risco é representado pela possibilidade de que um evento ocorrerá e afetará negativamente a realização dos objetivos, do resultado ou missão da organização. O desenvolvimento de uma qualquer atividade é, só por si, potenciador da ocorrência de eventos ou situações cujas consequências constituem, para a organização, oportunidades para obter vantagens ou ameaças ao sucesso. A gestão de riscos organizacionais é um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à estratégia da organização, devendo as metas definidas ser traduzidas em objetivos estratégicos e operacionais, atribuindo responsabilidades na gestão dos riscos a toda a estrutura organizacional, como parte integrante*

da respetiva descrição de funções. Esta prática sustenta a responsabilização e a avaliação do desempenho, promovendo desta forma a eficiência operacional em todos os níveis da organização. O Município de Oliveira de Azeméis, conhecedor da importância da gestão de riscos organizacionais enquanto elemento central na gestão da estratégia de qualquer organização, garantindo procedimentos para que a definição dos objetivos propicie suporte e estejam alinhados com a missão dessa mesma organização, definiu como prioridade estratégica para o ano de 2012, a implementação de um Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais (PGGRO). Este projeto pioneiro e inovador no universo autárquico vai ao encontro da adoção das melhores práticas e da boa gestão bem como pretende ser uma marca de antecipação às recomendações gerais do Tribunal de Contas, em matéria de transparência, credibilidade e prestação de contas por parte dos gestores públicos. O Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais pretende ser uma referência – chave estratégica, constituindo um sistema de governance, prevenção e mitigação do risco global da autarquia, numa visão de sustentabilidade da gestão e apostando numa perspetiva sistémica, integradora do desenvolvimento das atividades da organização, incorporando todas normas de gestão e controlo de âmbito geral e da função de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; Controlo Interno Geral; Aplicações e Ambiente Informático), da área económica e financeira (Fundos Maneio; Inventário e Cadastro de Património Municipal), da área de recursos humanos (Código de conduta; Comportamentos esperados dos trabalhadores que exercem funções públicas; Funcionamento, atendimento e horário de trabalho) e da área de segurança, higiene e saúde no trabalho. Seguidamente usou da palavra o Vereador Helder Simões para dizer que este documento é extremamente extenso, que ninguém consegue analisar em tão pouco tempo, pelo que se iriam abster na votação. Frisou que o importante é a sua aplicação na prática. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar o referido documento. =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS/ 2011:** *Presentes, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei 169/ 99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/ 2002 de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas, nomeadamente: 1- Balanço, 2- Demonstração de resultados, 3- Mapas de execução orçamental: a) Mapa do controlo orçamental da despesa; b) Mapa do controlo orçamental da receita; c) Mapa da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos; d) Mapa de execução do Plano de Atividades Municipal; e) Mapa de fluxos de caixa; f) Mapa de contas de Ordem; g) Mapa de Operações de tesouraria; 4- Anexos às demonstrações financeiras: a) Caracterização da entidade; b) Notas ao balanço e Demonstração de resultados; c) Mapa do ativo bruto; d) Mapa das Amortizações e reintegrações; e) Mapa síntese de Imobilizações e amortizações; f) Mapa das participações da entidade; g) Mapa síntese das reconciliações bancárias; h) mapa dos resultados financeiros; i)*

*Mapa dos resultados extraordinários; j) Mapa das modificações do Orçamento da Receita; k) Mapa das modificações do Orçamento da Despesa; l) Mapa das modificações do PPI e mapa das modificações do Plano de Atividades; m) Mapa das transferências correntes da despesa; n) Mapa das transferências de capital da despesa; o) Mapa das transferências correntes da receita; p) Mapa das transferências de capital da receita, q) Mapa dos activos de rendimento variável; r) mapa dos empréstimos; s) relação nominal dos responsáveis; t) Mapa da contratação administrativa; u) Mapa de outras dívidas a terceiros; 5- Relatório de Gestão; 6- Proposta de Aplicação do Resultado, os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de atas. Usando da palavra o Senhor Presidente começou por fazer uma análise económico-financeira das contas e disse que os grandes objetivos foram atingidos: 1 – Cumprimento da redução obrigatória ao limite do endividamento líquido (o montante mínimo obrigatório a reduzir em 2011 ao endividamento líquido era € 1.311.529,47 e a redução verificada foi de € 3.595.539,19); 2 – Cumprimento da redução obrigatória ao limite do endividamento médio e longo prazo (Empréstimos) (o montante mínimo obrigatório a reduzir ao endividamento de médio e longo prazo era € 1.871.876,70 e o MOA reduziu € 2.147.963,74); 3 – Redução da Dívida Total (a dívida total reduziu € 1.795.412,50). Pese embora a dívida a fornecedores e outros credores aumente cerca de 655.000,00 €, terminaram o ano com + 1.200.000,00 € em disponibilidades (caixa e bancos) face a 2010, que significa que se tivessem igualado o saldo final de disponibilidades de 2010 e eventualmente utilizado essas importâncias para efetuar pagamentos a fornecedores e credores diversos, teriam acabado 2011 com menos € 550.000,00 de dívida a fornecedores e outros credores face a 2010. As dívidas de clientes ao MOA aumentam na ordem dos € 550.000,00 face ao ano anterior. Da análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2011 podem concluir que o Município vê o seu património aumentado em cerca de 4,6 milhões de euros devido à integração no seu património do Pavilhão Municipal, das Ligações Estruturantes da Zona Industrial à Cidade – Troço 6, e de outras infraestruturas rodoviárias concluídas durante 2011. O MOA continua a apresentar resultados operacionais e correntes positivos e apenas os resultados financeiros se encontram negativos. A estrutura dos custos do município apresenta uma diminuição de mais de € 1.000.000,00 face ao exercício anterior, com os custos com o pessoal e os custos e perdas extraordinários a apresentarem a maior diminuição na nessa estrutura, respetivamente € -858.000,00 e -€1.387.000,00. Verifica-se no entanto um aumento em cerca de € 200.000,00 nos Fornecimentos e Serviços Externos e de € 832.300,00 nas transferências correntes oriundos principalmente de atribuições de subsídios a freguesias, GEDAZ, associações e outras instituições. Na componente dos proveitos, verificamos uma redução de cerca de € 60.000,00 no total dos proveitos face ao ano transato. Pese embora os impostos e taxas cresçam na ordem dos € 500.000,00, as diminuições das transferências do orçamento do Estado para as autarquias influenciam negativa e significativamente esta grandeza. Seguidamente o Senhor Presidente fez uma análise orçamental e disse que em termos de receita o MOA em 2011 arrecadou mais € 410.661,72 (+1,2%) de receita do que em 2010. Este*

aumento deve-se sobretudo ao aumento da receita de capital em mais de € 680.000,00, uma vez que a receita corrente diminuiu cerca de € 203.000,00. 1 - Impostos Diretos: O crescimento verificado em 2011 nos impostos diretos (+ 503.805,86 €) deve-se sobretudo ao IMI (+ 287.128,91 €), ao IUC (+ 77.083,85 €) e à Derrama (+ 567.040,81 €). O IMT foi o único imposto direto a descer face ao ano transato (cerca de - 408.377,31 €). 2 – Impostos Indiretos e Taxas: Esta grandeza de receitas próprias diminuiu cerca de 154.200,00 € face ao ano anterior sobretudo devido à redução da receita com publicidade e outras receitas relacionadas com loteamentos e obras. 3 – Transferências Correntes: As transferências correntes diminuíram 288.385,15 € comparativamente a 2010. A diminuição das transferências correntes do Estado justificam em grande parte essa diferença. 4 – Venda de Bens e Serviços: Neste contexto o MOA regista um decréscimo de aproximadamente 272.800,00 € originado pela redução da venda de água e dos serviços relacionados com ela. 5 – Transferências de Capital: Neste capítulo verifica-se um aumento de 1.253.025,25 €. Embora as transferências de capital do Estado desçam cerca de 302.206,14 €, as receitas provenientes de candidaturas QREN aprovadas crescem cerca de 1.483.700,00 €. 6 – Passivos Financeiros: A utilização do empréstimo de curto-prazo em 2010 condiciona a diminuição comparativa verificada em 2011. Em termos da despesa, a despesa total em 2011 diminuiu 699.421,30 € (-2,1%) comparativamente a 2010. As despesas correntes aumentam cerca de 0,9%, influenciadas sobretudo pelo aumento das transferências correntes e subsídios pagos (+29,8%), uma vez que, com exceção dos juros e outros encargos, todas as despesas correntes descem. 1 – Despesas com o Pessoal: As despesas relacionadas com o pessoal diminuem cerca de 728.800,00 € face a 2010. Em regra, todas as despesas com o pessoal descem em virtude da redução de salários imposta pela Toika e pelo Governo de Portugal. 2 – Aquisição de Bens e Serviços: As despesas com aquisição de bens e serviços registaram em 2011 uma diminuição de 142.572,38 €. A Aquisição de Bens diminuiu em 166.936,94 € e a aquisição de serviços aumentou cerca de 24.000,00 €. Analisando mais pormenorizadamente algumas despesas desta estrutura e comparando-a com 2010, verificamos que: Na aquisição de bens a rubrica que mais contribui para esta diminuição é a despesa com aquisição de água (aproximadamente -156.000,00 €). Os encargos de instalações sobem cerca de 33.000,00 €, essencialmente devido ao suporte de custos com a GEDAZ de eletricidade e gás e à alteração da taxa do IVA nos últimos 2 meses do ano para a eletricidade; As despesas de conservação e reparação de bens registam uma diminuição de 16.000,00 €; Despesas com comunicação diminuem cerca de 2.500,00 €; Os montantes pagos com transportes diminuem 34.771,60 €; As despesas de representação sobem cerca de 11.000,00 € face a 2010; Despesas com publicidade aumentam 10.000,00 €; As Rendas e alugueres descem 38.000,00 €; O montante pago de seguros aumenta cerca de 30.000,00 € porque em 2011 foram aumentados os capitais de alguns seguros, designadamente no multirriscos. Os estudos, pareceres e consultoria, aumentam o seu valor em cerca de 6.000,00 €; Os custos com formação crescem 11.000,00 €; A rubrica assistência técnica registou um aumento cerca de 9.000,00 €; Os trabalhos especializados aumentaram 29.000,00 €; Os subcontratos diminuem quase 58.000,00

€; As despesas incorridas com a transferência e recolha de resíduos sólidos urbanos diminuíram cerca de 248.000,00 €; A conta 0202259901 – Diversas aquisições de serviços traduz essencialmente os gastos com iluminação pública e um grande aumento face a 2010 (+290.000,00 €). 3 – Juros e Outros Encargos: O valor pago de juros cresceu cerca de 54.000,00 € comparativamente a 2010, em consequência dos juros pagos de empréstimos de MLPrazo. As despesas com juros de mora reduziram cerca de 110.000,00 €. 4 – Transferências Correntes: Este tipo de transferências registou um aumento em 2010 de aproximadamente 969.000,00 €, sobretudo devido às transferências de verbas para a GEDAZ e AMTSM. Também às freguesias foi pago um valor superior ao ano 2010 (+115.000,00 €). As instituições sem fins lucrativos receberam mais cerca de 719.000,00 €. 5 – Aquisição de Bens de Capital: Durante 2010 foram pagos menos cerca de 14.000,00 € face a 2010. 6 – Transferências de Capital: As transferências de capital reduziram em mais de 265.000,00 €. Às freguesias foi pago menos 123.000,00 €, enquanto foi pago quase mais 402.000,00 € às instituições sem fins lucrativos. 7 – Passivos Financeiros: Foram amortizados em 2011 menos 708.000,00 € de empréstimos face a 2010. Esta diminuição deve-se essencialmente à menor utilização e consequente amortização do empréstimo de curto prazo (-570.000,00 €). Seguidamente usou da palavra o Vereador Eng.º Joaquim Jorge para dizer que as informações prestadas nestas Contas de Gerência confirmam o que tem vindo a dizer neste mandato. O esforço de ajustamento orçamental imposto pelo Plano de Saneamento Financeiro é conseguido através da redução drástica do investimento. Foi este o modelo de gestão escolhido por este executivo. Em sua opinião, mal. Passado o período de carência começam agora a notar-se de forma evidente os constrangimentos causados pelo esforço de correção que precisam de fazer para corrigir os muitos erros de gestão cometidos. Efetivamente como tinha afirmado aquando da apresentação do orçamento, estavam perante mais um mau orçamento, que adia o desenvolvimento do concelho e o reforço da sua competitividade. Conforme também vem dizendo, o endividamento líquido municipal, a redução da despesa total e o Prazo Médio de Pagamentos são objetivos que têm que ser cumpridos conforme nos comprometemos no PSF e é assim que devem fazer as pessoas de bem, cumprir, embora a este ritmo precisem de muitos mandatos autárquicos para liquidar este passivo. Antes de se referir a questões concretas, regista uma curiosidade reveladora do espírito deste executivo - a dívida total do Município ascende a 47.685.633 € registando uma diminuição de 1.795ME, enquanto a máquina de propaganda da CMOA publicitava no seu infomail de Dezembro de 2011 um valor de 46ME. O Prazo Médio de Pagamentos ficou-se nos 123 dias em vez dos prometidos 120 dias nesse mesmo Infomail. A vontade de fazer propaganda levou a que se minta aos Oliveirenses. No PSF a autarquia assumiu que em 2011 as dívidas a M/L Prazo seriam de 41ME e a fornecedores 1,5ME. O que temos na realidade são 39,325 ME de dívidas de M/L e a fornecedores 8,3ME, ou seja a autarquia aquilo que paga aos bancos fá-lo com o dinheiro dos fornecedores, das instituições e coletividades e das Juntas de Freguesia com claro prejuízo para a sua sustentabilidade e para a dinâmica da economia local. Em 2011 tiveram práticas de gestão profundamente erradas de que o CLOA é um exemplo tendo a autarquia

*transferido para esta entidade 715.000 € segundo o relatório de gestão (mais 50.000 € que se encontram ainda por pagar e outros 50.000 € em rendas) ou seja gastamos para manter “o bom funcionamento” do CLOA mais de € 800.000 para um universo de cerca de 400 beneficiários que não têm qualquer culpa. Para perceberem a dimensão deste número a CMOA contratualiza através dos “Protocolos de Colaboração Financeira” com as Juntas de Freguesia cerca de € 555.000, para a realização de um conjunto de obras para beneficiarem um universo de cerca de 69000 pessoas que também não têm qualquer culpa. É esta gestão, estas opções recorrentemente erradas, que merecem reprovação pública. Analisando então tecnicamente os números. Ao nível da receita total arrecadada foi de 33.271.296€, registando um aumento de +410.662€ relativamente ao ano anterior, ou seja, o município teve mais dinheiro este ano, do que no ano anterior para investir, para desenvolver, para tornar o concelho mais competitivo e melhorar as condições de vida dos Oliveirenses. Claro está que ao PSD interessa a estratégia hábil de evidenciar a diminuição das transferências do OE procurando convencer os Oliveirenses que o executivo teve menos dinheiro para trabalhar. Isto é completamente falso porque o executivo teve mais dinheiro em 2011 do que em 2010, apesar da diminuição das transferências do Orçamento de Estado. Apesar das transferências correntes diminuírem 2,6% (288.385€) e ter havido uma diminuição das transferências do OE de 465.250 €, o Município conheceu fortes incrementos nos impostos indiretos (+5,9% - ou seja - 503 mil euros €) e nas transferências de capital (+25,3% - ou seja - 1253 mil euros). As transferências correntes e de capital, impostos diretos e vendas de bens e serviços correntes que correspondem a quase 97% da receita total registaram um crescimento de +1.195.645€ (+3,9%), ou seja o argumento da quebra das receitas não colhe para justificar a incapacidade de realizar, de agir. As vendas de bens e serviços correntes do Município, que é a rubrica mais diretamente relacionada com a eficácia do modelo de gestão autárquico que vem sendo seguido por este executivo para promover a geração de proveitos que cubram a nossa estrutura de custos diminui 4,3% - ou seja - as receitas que o município vai obtendo, resultam cada vez mais do que recebe e dos impostos que cobra e cada vez menos da sua capacidade de vender e prestar serviços. Este sim é um verdadeiro indicador da eficácia de gestão que vem sendo utilizada. Um indicador terreno, objetivo, e não o de um qualquer estudo baseado em dados galácticos e desvirtuadores da nossa realidade. Referiu que foi com este executivo que se começou a inverter o crescimento que se vinha verificando nos últimos anos em termos da nossa capacidade para vendermos cada vez mais os nossos produtos e serviços. Têm num só ano um decréscimo de 4,3% ou seja 272.801€. Só aqui compensariam em mais de 50% a redução das transferências do OE. Isto é que seria uma gestão responsável. Ao nível da despesa do Município em 2011 totalizou 32.047.660€, o que significa que se registou uma diminuição de -699.421€ (-2,14%) relativamente ao ano 2010, resultante de uma redução de 230.009€ na despesa corrente e 469.413€ na despesa de capital. É claro que teremos o PSD e os seus ilustres analistas a dizer que esta redução das despesas correntes resulta da continuidade de uma gestão responsável. Mais uma vez, tem que referir que não é verdade. A despesa corrente registou um decréscimo de apenas -0,9% face a 2010,*

totalizando 24.074.276€. O que é verdade é que o executivo previa investir 13.348.270 € em despesas de capital (que são as que se traduzem em investimento direto na melhoria das condições de vida das pessoas e no reforço da competitividade do município) e na realidade executou 7.973.385,18€, ou seja, cerca de 60% do que se comprometia fazer. Em relação a 2010 houve uma diminuição das despesas de capital de 8,443ME para 7,973ME - ou seja - 470.000 euros. Quer isto dizer que cerca de 67% da diminuição da despesa verificada em 2011, resultou do corte direto nas despesas de capital. A isto não se chama uma gestão responsável, mas sim cortar no investimento reprodutivo. A redução da despesa total não resultou, à semelhança do que vem acontecendo desde o início deste mandato, de políticas objetivas da racionalização dos recursos, mas do corte substancial das despesas de capital, ou seja, do investimento. A despesa corrente apesar de ter diminuído ligeiramente, o seu peso relativo na despesa total aumentou passando a representar 75,1% da despesa total no ano 2011, contra 74,2% em 2010. Um gestor (e pode ser o mesmo do ano passado que continua a ter razão) percebe claramente o que isto quer dizer. A redução da despesa total não resulta de atos de boa gestão, mas resulta em grande parte do corte puro e duro das despesas de capital. E gerir assim é fácil. As despesas com pessoal reduziram 6,7% mas continuam a representar 31,8% das despesas totais do município. Uma tradição continuada de admissão de funcionários por meras lógicas eleitorais e não em resultado de necessidades sentidas ou pela procura permanente de prestação de serviços de melhor qualidade aos munícipes, levam a que os custos com pessoal sejam hoje altamente condicionadores. As restrições legais impostas hoje à admissão de funcionários, obrigaram o executivo a reduzir nos encargos com pessoal. Apesar da aquisição de bens e serviços ter reduzido 1,7% (142.572 €) este valor poderia ser substancialmente inferior se a autarquia tivesse resolvido a maior parte dos 530.000 euros de encargos anuais com instalações. Isto seria gerir responsabilmente. O volume de pagamentos de subsídios (Correntes e de Capital) aumentou 25,8%, unicamente porque as atribuições deliberadas em 2010 foram pagas ao longo do ano 2011 e não porque o executivo tenha sido mais generoso com as coletividades e instituições do Concelho. As transferências e subsídios correntes aumentaram +23,3% face a 2010 (cerca de 832.000 €) sendo porém uma grande parte do bolo absorvido pela GEDAZ (375.000 €), CLOA (196.000 €) Academia Música (108.000 €) e FLS com (75.000 €). Estas 4 entidades consumiram 750.000 €. As consequências dos erros de gestão afetam as finanças do município das mais variadas formas. Uma das mais óbvias e evidentes é dos juros relativos a empréstimos de médio e longo prazo que sobem 6,5%. Importa agora falar com rigor daquilo que foi a capacidade de realização deste executivo. O Plano Plurianual de Investimentos que foi transformado num rol de obras que vai sendo adiado ano após ano, obras que vão sendo sucessivamente prometidas aos nossos Presidentes de Juntas de Freguesia, tem mesmo assim uma taxa de execução. No ano 2011, a taxa de execução orçamental do Plano Plurianual de Investimentos foi de 63,4%, totalizando 4.168.421€. É interessante analisar o que previam fazer no PPI em 2011 em algumas rubricas de investimento estratégicas, que influenciam diretamente a nossa qualidade de vida, e o que realmente fizeram: - Em “Ordenamento Território” -

*fundamental para o futuro do nosso concelho pensavam investir 3,695ME e executaram 810 mil euros, cerca de 22%; - Na estratégica área da “Educação” previam gastar 2,521ME e gastaram 1,609ME - 64% do previsto; - No “Saneamento Básico” a previsão era de 220.860 € e o resultado foi de 36.720 €, ou seja, apenas 16,6%; - Noutra aposta do Município “Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza” previam 250.590 € e gastaram uns meros 278,30 € - apenas 1,1% do previsto. Em termos da situação económica, financeira e patrimonial: Os custos operacionais do Município aumentaram 0,8% (+234.567€) face a 2010, totalizando 28.283.388€ que acompanhados por uma diminuição dos proveitos operacionais determinou que o rácio Custos vs Proveitos Operacionais se agravasse de 87,4% em 2010 para 89,4% em 2011. Os custos e perdas financeiras aumentaram 19,6%, ou seja, cerca de 148.000 euros sendo o seu valor em 2011 de 908.635 euros, valor que injetado nas nossas Juntas de Freguesia e não nos bancos transformaria substancialmente a realidade económica e social dessas freguesias. O passivo a Médio e Longo Prazo baixou de 39.287 ME para 34.497 ME (- 12,2%) mas por outro lado o passivo de Curto Prazo passa de 10.193 ME para 13.188 ME, ou seja, cresce quase 30%, o que significa que este executivo não aprendeu com os erros do passado, voltando a criar embaraços nos fornecedores. Em resultado destas políticas, o rácio do passivo de curto prazo sobre o passivo total passou de 20% para 27%. Esta análise demonstra que na gestão do Município se mantém uma prática de gestão errada, com prioridades erradas e uma completa falta de estratégia para o desenvolvimento do nosso Concelho potenciadora de dinâmicas económicas e sociais que permitam o seu crescimento. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por maioria com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Dr.ª Ana de Jesus e Helder Martinho Valente Simões, os votos a favor dos Vereadores do PSD Dr. Ricardo Tavares, Dr.ª Gracinda Leal, Dr. Isidro Figueiredo, Dr. Pedro Marques e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar os documentos apresentados. Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do Partido Socialista, Helder Simões, Ana de Jesus e Joaquim Jorge Ferreira votaram contra a Prestação de Contas Individuais / 2011, pelos seguintes motivos: 1) O ano económico de 2011 representa o terceiro ano de vigência do Plano de Saneamento Financeiro, sendo que no referido Plano estavam definidas as previsões macroeconómicas no que concerne a um significativo número de indicadores a que o Município se vinculou no sentido de obter a aprovação do referido Plano de Saneamento Financeiro; 2) Assim, analisando os valores indicativos constantes do PSD com a Prestação de Contas Individuais de 2011, verifica-se que o Município, apesar da trajetória de descida, fica muito aquém dos objectivos definidos no PSF, nomeadamente no que concerne às dívidas a M/L Prazo cuja meta seria de 41 milhões de euros e a fornecedores 1,5 milhões de euros quando, na realidade, temos 39,325 milhões de euros de dívidas de M/L e a fornecedores 8,3 milhões de euros. Isto significa que a autarquia está a privilegiar o pagamento ao sector financeiro do que aos fornecedores, com claro prejuízo para a sua sustentabilidade e para a dinâmica da economia local, instituições e Juntas de Freguesia; 3) Ao Nível do Plano Plurianual de Investimentos, o mesmo apresenta um conjunto significativo*



de rubricas cuja execução era estratégica e que se ficaram por níveis de concretização muito abaixo do esperado: - Em “Ordenamento Território” – execução de 22% dos 3,695 milhões de euros previstos; - Em “Educação” – execução de 64% dos 2,521 milhões de euros previstos; - No “Saneamento Básico” – execução de 17% dos 220 mil euros previstos; - Em “Protecção Meio Ambiente e Conservação da Natureza” – execução de apenas 1% dos 25 mil euros previstos; 4) O ano de 2011 ficou ainda marcado, com consequências ao nível das contas do Município, de um conjunto de práticas de gestão erradas, de que as sistemáticas transferências para o Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis são um claro exemplo, tendo a autarquia transferido, para esta entidade, mais de 715 mil euros (mais 50.000 € que se encontram ainda por pagar e outros 50.000 € em rendas), sem que esteja cabalmente justificada a sua estrita necessidade do ponto de vista do normal funcionamento da instituição.” =====

===== **APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2011 – PROPOSTA:** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo, mediante proposta fundamentada do Órgão Executivo, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL; - Já se atingiu o limite mínimo estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, ou seja, o valor contabilístico da conta 51 – Património, corresponda a 20% do Ativo Líquido; - O resultado líquido do exercício é de 1.220.151,10 Euros, proponho a seguinte aplicação: 1. A constituição da Reserva Legal, correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 61.007,55 Euros, em conformidade com o ponto 2.7.3.5 do POCAL; 2. O valor de 1.159.143,55 Euros que seja transferido para Resultados Transitados, em conformidade com o ponto 2.7.3.2 do POCAL.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade concordar com a proposta apresentada, remetendo-a à Assembleia Municipal para a competente aprovação. =====

===== **INVENTÁRIO 2011 DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPETIVA AVALIAÇÃO (I/37270/2012):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos do artigo 37.º do Sistema de Controlo Interno do MOA, do artigo 24.º do novo Regulamento da Macroestrutura Organizacional e Funcional dos Serviços Municipais (II Série 02/02/2011) e da nota 2.9.10.3.5 do DL 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a 2 Fevereiro de 2012 submeteu-se à aprovação do Órgão Executivo a autorização para proceder às regularizações a efetuar ao stock, com base nos desvios apurados, apresentados nos relatórios de inventariação de cada um dos armazéns e apensos ao Relatório Geral (I/13393/2012). Nos procedimentos de conferência para fecho de contas do ano 2011, e após as verificações da conformidade dos dados por comparação entre os registos da aplicação da contabilidade e os registos da aplicação dos armazéns, submete-se à aprovação do Órgão Executivo o Relatório das Existências finais de 2011 correspondentes aos três Armazéns do Município, devendo ser remetido à Assembleia Municipal para efeitos do nº 2,

alínea c) do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2011:**

Presentes, nos termos da al. e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2001 de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas, nomeadamente: Balanço consolidado; Demonstração de resultados consolidado; Mapa de fluxos de caixa consolidado; Anexo ao balanço e Demonstração de resultados consolidado; Mapa do ativo bruto consolidado; Mapa de Amortizações e reintegrações consolidado; mapa dos resultados financeiros consolidado; Mapa dos resultados extraordinários consolidado e Relatório de Gestão consolidado os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de atas. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Dra. Ana de Jesus e Helder Martinho Valente Simões, os votos a favor dos Vereadores do PSD Dr. Ricardo Tavares. Dra. Gracinda Leal, Dr. Isidro Figueiredo, Dr. Pedro Marques e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar os documentos apresentados. =====

===== **AUTORIZAÇÃO EXCECIONAL DE ACRÉSCIMO AO FUNDO DISPONÍVEL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) N.º 1 Art.º 4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO (I/37264/2012):**

Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: Para efeitos da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, considera-se fundo disponível as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, nomeadamente os montantes autorizados nos termos do art.º 4º da Lei n.º8/2012; A título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados, pela Câmara Municipal, sem possibilidade de delegação, quando envolvam entidades da administração local, nos termos da c) nº1 artº4.º da Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro; Para efeitos de incorporação no fundo disponível do mês de abril, torna-se justificável, considerar-se como valor disponível de muito curto prazo o montante a cobrar à GEDAZ correspondente a faturação no montante de 220.049,73€, pelo que se propõe: 1) Seja autorizado, a título excecional, crescer ao fundo disponível do mês de abril o montante a receber da GEDAZ, no valor de 220.049,73€, nos termos da c) nº1 artº4.º da Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com a alínea f) do art.º 3º da referida Lei.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. Não participaram na votação deste ponto os Vereadores Dr. Isidro Figueiredo, Dr. Pedro Marques e Dr.ª Gracinda Leal. =====

===== **1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PPI:** *Presente a 1ª Revisão ao Orçamento de 2012, nas componentes de receita e despesa, elaborado nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 n.º 2 das condições técnicas e do constante no ponto 8.3.1 das notas sobre o processo orçamental e respetiva execução, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2012, elaborada nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 n.º 2 das considerações técnicas e do constante no ponto 8.3.2 das notas sobre o processo orçamental e respetiva execução, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade concordar com as propostas apresentadas e em conformidade com os n.ºs 2 alínea c) e 6 alínea a) do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, remetê-las à Assembleia Municipal para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53º do mesmo diploma. =====*

===== **TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA PARA A GEDAZ, E.E.M. – EQUILÍBRIO DE CONTAS 2011 (I/36913/2012):** *Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - As empresas Municipais devem apresentar resultados anuais equilibrados; - O Município de Oliveira de Azeméis detém 100% da quota da empresa municipal, “GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM”; - Em 7 de Janeiro de 2011, foi celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis e a “Gedaz – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM”, Contrato de Gestão, que define os termos da colaboração para a prestação de serviços de interesse geral relativo à instalação e à exploração das piscinas municipais e demais equipamentos; - Na reunião de Câmara Municipal, de 03/04/2012, foi aprovado o “Relatório e Contas 2011 da Gedaz, E.E.M., o qual menciona na pág. 77, que o resultado operacional negativo do exercício foi de 397.040,46€; - O disposto no n.º 2 do art.º 31º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, refere que: “Sem prejuízo do disposto no n.º 5 do presente artigo, no caso de o resultado anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção respetiva da participação social com vista a equilibrar os resultados de exploração operacional do exercício em causa”; - Tal transferência financeira deverá ocorrer no mês de abril, tendo como CFD n.º 1460; Face aos considerandos e de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do art.º 31 da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, proponho: - A aprovação de atribuição financeira, à Gedaz – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM”, no montante de 397.040,46€, para efeitos de equilíbrio, nos termos consignados na disposição legal anteriormente mencionada.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. Não participaram na votação deste ponto os Vereadores Dr. Isidro Figueiredo, Dr. Pedro Marques e Dr.ª Gracinda Leal. =====*

